



**Resposta à interpelação escrita apresentada pela deputada à  
Assembleia Legislativa, Chan Hong**

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita da Sr.<sup>a</sup> Deputada Chan Hong, de 23 de Janeiro de 2017, enviada a coberto do ofício n.º 84/E73/V/GPAL/2017 da Assembleia Legislativa de 6 de Fevereiro de 2017 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 10 de Fevereiro de 2017:

A fim de apoiar da melhor forma a reabilitação e integração social das pessoas portadoras de deficiência, em 2016, o Governo da RAEM começou formalmente a implementar o “Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio (2016 – 2025), adiante designado por “Planeamento para o Próximo Decénio”, o qual abrange 13 áreas de serviços e irá ser desenvolvido ordenadamente, de forma a cumprir os planos de curto, médio e longo prazo para a concretização de 353 projectos. É de referir que actualmente, mediante a cooperação entre os diversos Serviços públicos e as instituições particulares foram já concretizados mais de 100 dos projectos que integram os 152 projectos previstos para serem executados a curto prazo, encontrando-se os restantes numa fase de desenvolvimento activo, por forma a poderem ser concretizados de acordo com o prazo definido.

No que toca à avaliação regular dos respectivos trabalhos e da sua eficácia, foi estabelecido um mecanismo de avaliação para o



“Planeamento para o Próximo Decénio”, o qual consiste numa avaliação e examinação efectuadas anualmente, numa avaliação a médio prazo realizada cinco anos após o planeamento ter sido implementado e numa avaliação final efectuada aquando da conclusão do planeamento. O mecanismo de avaliação referida, permite não apenas avaliar a eficácia alcançada pelos respectivos trabalhos, como também fazer face à evolução futura da sociedade e à mudança das necessidades sentidas por parte das pessoas deficientes, permitindo deste modo, fazer pequenos ajustamentos em tempo oportuno ao respectivo planeamento. Actualmente, o “Grupo Director Interdepartamental do Planeamento dos Serviços de Reabilitação para o Próximo Decénio”, adiante designado por Grupo Director, está a proceder à elaboração do relatório sobre a avaliação relativa ao ano de 2016 e posteriormente irá auscultar a opinião da Comissão para os Assuntos de Reabilitação para não só poder divulgá-lo em tempo oportuno como também melhorar o respectivo planeamento.

No que respeita ao ano de 2017, refere-se que o Grupo Director irá continuar a cumprir a calendarização estabelecida, no sentido de avançar com as restantes medidas de curto prazo, designadamente, elaborar as “Instruções sobre as normas para a concepção do *design* universal e livre de barreiras”, examinar e melhorar gradualmente os equipamentos para a supressão das barreiras arquitectónicas em passadeiras aéreas, iniciar as obras de benfeitorias para eliminar as barreiras arquitectónicas da zona de Nossa Senhora de Fátima, implementar a aplicação e a divulgação da tradução de língua gestual, imagem verbal e programas de aplicação



informativa, otimizar os instrumentos de avaliação dos equipamentos necessários para a implementação dos serviços de internamento destinados às pessoas portadoras de deficiência intelectual, aumentar as vagas não só dos equipamentos sociais com o serviço de internamento para pessoas com deficiência intelectual, como também dos equipamentos de treino profissional, alocar recursos com vista a apoiar as instituições de serviço de tratamento precoce, no sentido de que as mesmas possam apoiar os seus familiares, desenvolver o estudo sobre a reabilitação mental na comunidade, entre outras.

E, no tocante ao novo regime de subsídios a instituições que actualmente está a ser implementado, é de referir que, com base no número padrão de trabalhadores negociado com as instituições particulares, é definido o número padrão de trabalhadores dos diferentes tipos de equipamentos sociais. Entretanto, são não apenas prestados os correspondentes subsídios ao respectivo pessoal como forma de resolução do problema da perda de recursos, como também para a criação de melhores condições, com vista à estabilização do pessoal dos serviços sociais, para a optimização da gestão dos serviços e a elevação da sua qualidade, de maneira a que juntamente com as instituições particulares, se possa proporcionar à população de Macau serviços sociais de melhor qualidade e de maior profissionalismo. No respeitante ao incremento do profissionalismo dos trabalhadores de serviços sociais e à sua promoção profissional, o Instituto de Acção Social (IAS) tem vindo a proporcionar acções de formação permanentes ao pessoal dos equipamentos sociais de



diferentes áreas. Paralelamente, através da criação de bolsas de estudo, são encorajados mais talentos a ingressarem na profissão de serviço social, no sentido da promoção do desenvolvimento deste sector. A respeito da falta de determinados profissionais, nomeadamente terapeutas da fala, os Serviços de Saúde, a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, o Instituto Politécnico de Macau e o IAS cooperaram conjuntamente, tendo no ano lectivo de 2017-2018, o Instituto Politécnico de Macau ministrado o curso de licenciatura em Ciências de terapia da fala e da linguagem, com vista à formação de mais talentos.

Além disso, salienta-se que, o novo Regime de Subsídios criou subsídios específicos para os novos postos de trabalho dos serviços, designadamente de administrador-geral, subchefe e supervisor, aumentando-se assim a oportunidade de promoção do pessoal do Serviço Social e reforçando-se a profissionalização das instituições particulares que tenham mais equipamentos sociais/projectos e um âmbito de gestão mais alargado.

Decorrido um ano sobre o lançamento do novo Regime de Subsídios, o IAS vem mantendo uma atitude aberta para auscultar as opiniões e sugestões oriundas de todos os sectores. Com efeito, realizaram-se, no ano transacto, cerca de 100 encontros entre a direcção do IAS e a presidência dos conselhos administrativo e fiscal das diversas instituições particulares subsidiadas e os respectivos administradores-gerais, no sentido da discussão e análise do funcionamento do novo Regime de Subsídios. O IAS irá continuar a recolher e auscultar as



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
社會工作局  
Instituto de Acção Social

(Tradução)

opiniões dos *stakeholders* e, consoante a situação financeira do Governo da RAEM, a mudança social e a necessidade dos serviços, procederá ao aperfeiçoamento do novo Regime de Subsídios.

Para terminar, agradecemos à Sr.<sup>a</sup> Deputada Chan Hong pelo acompanhamento da questão em causa e pelas sugestões apresentadas.

Aos 21 de Fevereiro de 2017.

A Presidente do IAS  
Vong Yim Mui